

A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA DURANTE OS SÉCULO XX E XXI: PERIODIZAÇÃO E DEBATES *

Claudia Wasserman **

Resumo. O artigo visa debater a identidade construída pela historiografia para a esquerda latino-americana nos séculos XX e XXI. Apresenta algumas teses sobre os movimentos de esquerda resultantes de uma análise crítica do processo de generalização presente em alguns estudos sociais acerca dos grupos, organizações e movimentos. Em seguida, propõe uma periodização para a trajetória da esquerda latino-americana e vai debatendo algumas daquelas premissas a partir da historicidade de cada grupo, movimento ou organização.

Palavras-chave: Esquerda latino-americana; historiografia; séculos XX/XXI.

THE LEFT IN LATIN AMERICA DURING THE 20TH AND 21ST CENTURIES: PERIODIZATION AND DEBATES

Abstract. The article aims to debate the identity constructed by historiography for the Latin American Left in the 20th and 21st centuries. It presents theses on leftist movements from a critical analysis of the generalization process present in certain social studies on these groups, organizations and movements. It then proposes a periodization for the trajectory of the Latin American Left and debates some of those premises, starting from the historicity of each group, movement or organization.

Keywords: Latin American Left; Historiography; 20th/21st Centuries.

LA IZQUIERDA EN AMÉRICA LATINA DURANTE LOS SIGLOS XX Y XXI: PERIODIZACIÓN Y DEBATES

Resumen: El artículo debate la identidad construida por la historiografía sobre la izquierda latinoamericana durante los siglos XX y XXI. Presenta algunas tesis sobre los movimientos de izquierda, resultado de un análisis crítico del proceso de generalización presente en algunos estudios sociales de grupos, organizaciones y

* Artigo recebido em 30 de outubro de 2009 e aprovado em 16 de novembro de 2009.

** Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós Graduação em História, Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisador do CNPq.

movimientos. En seguida, propone una periodización de la trayectoria de la izquierda latinoamericana y debate algunas de aquellas premisas a partir de la historicidad de cada grupo, movimiento u organización.

Palabras Clave: Izquierda latinoamericana; Historiografía; Siglos XX-XXI

INTRODUÇÃO

En la lucha por esa América Latina liberada, frente a las voces obedientes de quienes urupan su representación oficial, surge ahora, con potencia invencible, la voz genuina de los pueblos, voz que se abre paso desde las entrañas de sus minas de carbón y estaño, desde sus fábricas y centrales azucareras, desde sus tierras enfeudadas, donde rotos, cholos, gauchos, jíbaros, herederos de Zapata y de Sandino, empuñan las armas de su libertad.

‘Che’ Guevara, En respaldo de la Declaración de Habana, 1960.

Quando Ernesto ‘Che’ Guevara morreu na Bolívia, em 1967 – portanto, há pouco mais de 40 anos -, a ofensiva contrainsurgente havia começado recentemente a sua escalada na América Latina. Ele não poderia imaginar que toda a potencialidade revolucionária da esquerda subcontinental, desencadeada pelos processos boliviano de 1952 e guatemalteco de 1954, que se consolidaram a partir da Revolução Cubana de 1959 e de sua definição pelo socialismo em 1961, teria o trágico desfecho dos anos 1970, pela destruição das organizações, dos partidos e dos movimentos e o assassinato e desaparecimento dos principais personagens daqueles episódios e processos. Mais ainda: o revolucionário Guevara não poderia supor que quase meio século depois da Revolução Cubana, “*rotos, cholos, gaúchos e jíbaros*”, as classes populares latino-americanas, permaneceriam na mesma situação marginal imposta pelos colonizadores ibéricos desde a conquista da América no século XVI. Finalmente, ‘Che’ não seria capaz de prever que as lutas empreendidas por Sandino, Zapata e Tupac Katari seriam retomadas e inaugurariam o século XXI na América Latina.

Essa digressão a respeito das possíveis surpresas de Guevara diante da história das lutas sociais empreendidas pela esquerda latino-americana ao longo do século XX, permite compreender que foi

complexa e sinuosa a trajetória dos movimentos sociais e das lutas populares na América Latina.

Os altos e baixos, as vitórias, as derrotas e as frustrações da esquerda latino-americana ao longo do século XX resultaram, em grande medida, da repressão aos movimentos insurgentes que contestavam o poder das elites, mas também foram determinados por erros de estratégia, por desacertos entre as diversas forças que compunham a esquerda, pela indigência teórica das lideranças ou pela escassa prática dos militantes, incongruências entre teoria e prática, obediência cega aos partidos de extração internacional ou tentativas frustradas de constituir uma via original.

A historiografia que se dedica ao tema da esquerda subcontinental¹ já elencou inúmeros motivos para determinar a vitória ou a derrota de cada estratégia e o repertório extraído dessa literatura conformou uma identidade específica à esquerda latino-americana: desarticulada, teoricamente indigente, imitativa, hierarquizada, excessivamente disciplinada, imatura, infantil, desunida. Esses atributos são demasiadamente pessimistas, críticos e até mesmo destrutivos, e sugerem expectativas diante dos movimentos muitas vezes superiores àquelas que deles podiam resultar; mas por outro lado revelam que esta historiografia, politicamente envolvida nestes episódios e processos, desiluiu-se com as derrotas e os fracassos. O exame concreto desses movimentos pode resgatar os valores e heranças deixados por cada um deles para o desenvolvimento ulterior da esquerda.

O objetivo deste texto é discutir algumas premissas sobre a atividade da esquerda subcontinental que poderão servir de guia para uma compreensão de sua trajetória ao longo do século XX, e, ao mesmo tempo, propor uma periodização para esse percurso.

As premissas a respeito da trajetória da esquerda foram construídas a partir da crítica à historiografia latino-americana, que parte, em geral, da experiência de grupos específicos e generaliza esses comportamentos como regra para toda a região. Por isso, as teses aqui apresentadas são fruto de uma crítica à generalização. Contestam as ideias de que a esquerda, genericamente, sofre de desunião, falta de projetos, perigo reduzido para o *status* vigente ou escasso amadurecimento, sustentando que:

¹ As principais obras encontram-se citadas nas referências bibliográficas.

1. as divisões da esquerda não foram as principais responsáveis pelas derrotas, pelas frustrações e pelos equívocos cometidos por grupos, organizações, partidos e movimentos sociais;
2. a repressão sofrida pela esquerda subcontinental foi, na maior parte dos casos, um fator paralisante e devastador para o crescimento, consolidação e sucesso dos projetos de esquerda;
3. armados ou não, os movimentos, organizações, partidos e grupos de esquerda representaram um perigo não desprezível para o *status* vigente, comprovado pela repressão de que foram vítimas;
4. muitos dos movimentos, organizações, partidos e grupos de esquerda latino-americanos conseguiram desenvolver projetos políticos que contemplavam demandas variadas da sociedade civil e representavam grande parte das reivindicações sociais da nação;
5. os projetos políticos elaborados por alguns movimentos, partidos e organizações de esquerda responderam em grande medida aos problemas nacionais, mesmo quando também estavam influenciados por organizações internacionais da esquerda;
6. os projetos políticos da esquerda que tiveram maior repercussão entre amplas camadas populares foram aqueles que reivindicaram uma maior autonomia em relação aos centros hegemônicos do capitalismo e, por isso mesmo, sofreram grande retaliação do imperialismo norte-americano;
7. a surpresa dos analistas políticos a respeito dos fatos mais relevantes da esquerda latino-americana nas últimas décadas, sobretudo nos primeiros anos do século XXI, revela a pouca atenção dada pelos intérpretes da esquerda ao amadurecimento dos partidos, movimentos, organizações e grupos de esquerda em toda a América Latina desde a Revolução Cubana.

A periodização proposta nesse texto acompanha o percurso da esquerda, suas vicissitudes e a repressão que sofreu, e ajuda a comprovar

as teses precedentes. Resta, antes de propor a periodização, insistir na ideia da existência de uma “*esquerda subcontinental*”, composta por grupos, partidos, organizações e movimentos, que contempla uma variada gama de projetos, mas que estes têm um ponto em comum que permite denominá-la no singular. Esse ponto de partida, comum a toda a esquerda, é a demanda pela diminuição da desigualdade social e pelo fim da dependência econômica. Por isso, e somente por isso, *ela* pode ser periodizada e tomada como *um* objeto histórico, passível de conhecimento, estudo e pesquisa.

Uma das possibilidades de estabelecimento da periodização da história da esquerda latino-americana é a referência aos episódios que tiveram impacto e exerceram influência sobre os movimentos da região. Assim, a década de 1910 foi marcada pela Revolução Mexicana, a de 1920 pela Revolução Russa e a de 1960 pela Revolução Cubana. Mesmo quando os movimentos, organizações e partidos de esquerda se organizaram contra esses modelos, é possível afirmar que nada na história da esquerda permaneceu como era antes da eclosão e do desfecho desses processos.

Neste sentido, a proposta de periodização da história da esquerda na América Latina deverá respeitar a cronologia de processos que tiveram impacto inquestionável sobre movimentos, organizações, partidos e grupos que lutavam por uma sociedade mais igualitária e pelo fim da dependência em relações aos centros hegemônicos do capitalismo. Entre os principais acontecimentos, pela ordem cronológica, estão a Revolução Mexicana, de 1910; a Revolução Russa, de 1917; o advento do nacional-populismo, por volta das décadas de 1940 e 1950; a Revolução Cubana, de 1959; a vitória e a derrota de Salvador Allende, no Chile, em 1970 e 1973, respectivamente; o advento dos golpes militares, iniciados no Brasil, em 1964, seguidos pelos da Argentina, do Uruguai, do Chile, da República Dominicana e outros; a Revolução Nicaraguense, de 1979; as redemocratizações conservadoras dos anos 1980; a Perestroika, desde 1985, e a Queda do Muro de Berlim, em 1989; a eclosão do movimento neozapatista, em 1994; e, finalmente, a sucessiva eleição de lideranças de esquerda desde o final dos anos 1990.

Relacionar esses marcos (europeus e latino-americanos) não significa ignorar a presença de lutas populares internas em cada país e região. Foi a existência de movimentos internos vigorosos em cada país da região que determinou o grau da importância e do impacto dos

processos internacionais e sua aplicabilidade como exemplo e modelo para a luta da esquerda latino-americana.

A INFÂNCIA DOS MOVIMENTOS DE ESQUERDA LATINO-AMERICANOS

O aparecimento das primeiras organizações de esquerda na América Latina está relacionado com a influência exercida pelo movimento operário europeu. A experiência de organização sindical dos imigrantes espanhóis, italianos e portugueses era definida pela ideologia anarquista e anarcossindicalista. Conquanto estas experiências operárias tenham aportado nos países de maior desenvolvimento urbano, como o Chile, a Argentina, o México e o Brasil, estas sociedades estavam marcadas pelo predomínio das oligarquias primário-exportadoras e, por isso, estas primeiras organizações de esquerda foram vítimas de um duplo fracasso. Por um lado, os grupos populares, ou o grosso das classes subalternas latino-americanas, não se sentiam estimulados pela prédica sindical, e, por outro, a ameaça que representavam estes grupos era escassa, embora não houvesse união com os setores rurais das classes dominadas. Sendo assim, conquanto não se possa afirmar que as doutrinas anarquistas tenham se arraigado entre os trabalhadores urbanos nestes países, também não se pode negar a sua presença indiscutível (TREJO DELARBRE, 1984, p. 17). Esta presença determinou a formação de organizações sindicais fortes e combativas, que redundaram em uma repressão oligárquica desproporcional ao perigo que representava a classe operária em cada um destes países naquele início do século XX.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, os movimentos que realmente fizeram diferença e abalaram o edifício oligárquico foram aqueles que reivindicavam transformações na estrutura fundiária e os que eram frontalmente contrários à interferência do imperialismo nos assuntos econômicos dos países.

A Revolução Mexicana representou a primeira ruptura violenta com o domínio oligárquico no subcontinente e significou o início da crise dos setores primário-exportadores, principalmente em países onde uma forte acumulação de capitais, oriunda das exportações, promovera alguma diversificação social, que, por sua vez, gerara grupos sociais contrários à ordem estritamente oligárquica. A Revolução Mexicana demonstrou a possibilidade de mobilização dos setores populares, sobretudo camponeses, e serviu como alerta, para as classes médias e a burguesia incipiente, da necessidade de romper com a exclusão social imposta pelo

sistema oligárquico vigente. Para Guillermo de la Peña, os camponeses emergiram como atores de crucial importância, porque expressavam sua oposição à contínua expropriação territorial, por reivindicar uma participação mais vantajosa no mercado de trabalho e de produtos agrícolas, mas sobretudo por “sus múltiples posibilidades de organización interna y alianzas con viejos y nuevos protagonistas en el campo de la política nacional” (DE LA PEÑA, 1997, p. 197).

Não foram apenas os camponeses mexicanos que, representados por Emiliano Zapata, por exemplo, realizaram aliança com estratos urbanos médios e com a pequena burguesia nascente, provocando um abalo nas estruturas oligárquicas. Na mesma época, vários países centro-americanos e caribenhos eram sacudidos por grupos camponeses organizados que se opunham à expropriação fundiária e pela oposição política de uma classe média e pequena-burguesia nacionalistas. Os protestos de José Agustín Farabundo Martí, em El Salvador; os quase sessenta ataques contra *haciendas (jacqueries)*, que tiveram lugar na Bolívia, no início do século XX; o movimento guerrilheiro liderado por Augusto Cesar Sandino, na Nicarágua, foram, juntamente com o movimento camponês mexicano, alguns exemplos da resistência à segregação étnica, à expropriação e à violência das classes oligárquicas contra os movimentos populares.

Na mesma época, a Primeira Guerra Mundial resultou em um desencanto dos grupos médios urbanos e intelectualizados com a civilização europeia. A valorização nacional apresentou-se como fundamental pela primeira vez na história desses países. A Grande Guerra foi chamada por Anibal Ponce “la gran liberatriz”, porque abriu a possibilidade de pensar em uma alternativa para os modelos civilizatórios das elites urbanas e intelectuais latino-americanas. Estes grupos eram críticos à política oligárquica, caracterizada pelo autoritarismo e pela exclusão política da maior parte da população. Sua prédica direcionava-se à ampliação do sufrágio e à diversificação da estrutura econômica, para permitir uma menor vulnerabilidade às oscilações de preço e demanda dos produtos primários no mercado internacional. Estas reivindicações estiveram presentes em movimentos como o Tenentismo no Brasil, dos inquilinos no Panamá, dos estudantes em Córdoba, entre outros. Segundo Halperin Donghi, os movimentos protagonizados pelas classes médias possuíam “maior coerência na ação que na ideologia”(1975, p. 177). Esta característica atribuída aos movimentos de esquerda antioligárquicos protagonizados por grupos médios urbanos revela que a escassa coerência

ideológica, que mistura o “tradicionalismo católico com posições revolucionárias de inspiração socialista”(DONGHI, 1975, p. 177) poderia ter sido responsável pela insignificante presença dos estratos populares. Entretanto, este atributo de inconsistência ideológica subestimou a ousadia destes estratos médios em questionar de modo contundente aquelas sociedades fechadas e autoritárias.

A influência que a Revolução Russa, por sua parte, exerceu sobre as esquerdas latino-americanas foi bastante significativa. Na época da eclosão do movimento revolucionário russo já existiam lutas operárias e camponesas consistentes em alguns países da América Latina. Em países como o Brasil, o México, a Argentina e o Chile, onde o processo de industrialização havia se iniciado precocemente, a partir do final do século XIX, as organizações de trabalhadores lutavam por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho, regulamentação de uma legislação social e contra a discriminação dos trabalhadores nacionais, em greves que se tornaram mais e mais frequentes e serviram para abalar mais ainda a estrutura oligárquica. A Revolução Russa inspirou a formação dos partidos comunistas do México (1919), de Cuba (1925), do Brasil (1922), da Bolívia (1928), do Panamá (1930) e da Venezuela (1931), que tiveram origem em organizações anarquistas ou foram frutos da cisão com os partidos socialistas já existentes e filiados à II Internacional Socialista, como a Argentina (1896) ou o Chile (1912).

Os documentos de 1921, “Acerca da Revolução na América, chamado à classe operária das duas Américas”, e de 1923, “Aos operários e camponeses da América do Sul”, produzidos pela III Internacional, ditaram os primeiros passos dos partidos comunistas latino-americanos, recomendando uma luta revolucionária anticapitalista, anti-imperialista e agrária.

Personagens como Luis Emilio Recabarren (Chile), Julio Antonio Mella (Cuba), José Carlos Mariátegui (Peru), Agustín Farabundo Martí (El Salvador), Juan B. Justo (Argentina), Luís Carlos Prestes (Brasil) e outros figuraram na política dos seus respectivos países, exercendo grande influência sobre as atividades de toda a esquerda continental. Os debates eram brilhantes e calorosos e giravam em torno do caráter da revolução, dos seus agentes, do papel de cada grupo social no processo e da conveniência de participação nos processos eleitorais. O limite da força dos partidos comunistas latino-americanos contrastava em grande medida com a profundidade de seus debates e com o brilho de suas personalidades.

O livro clássico sobre o marxismo latino-americano, publicado em 1980 por Michael Löwy, coloca em campos opostos José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre, Julio Antonio Mella e Vittorio Codovilla, Farabundo Martí e Luis Carlos Prestes, como representantes, respectivamente, de uma visão autônoma, popular e original ou de uma visão estreita, elitista e imitativa. Exalta aqueles que idealizavam a via revolucionária e o socialismo e detrata os que preconizavam a legalidade constitucional e a revolução por etapas (LÖWY, 1982, p. 11-59). Constata um suposto “empobrecimento do pensamento marxista que durará dezenas de anos”, atribuído ao “processo de ‘stalinização’ dos partidos comunistas, desde o final dos anos 1920” e utiliza citação de Régis Debray para explicar que os comunistas agiram a contrapelo da história local (LÖWY, 1982, p. 29; 30; 31). O ataque ao processo de stalinização, cuja absorção foi muito desigual entre os diversos militantes comunistas da América Latina, impede Löwy de conferir peso equivalente aos demais obstáculos enfrentados pelos partidos comunistas e também obscurece a experiência das frentes populares constituídas a partir dos anos 1930.

Um dos fatores que impunham limites à influência dos partidos comunistas na luta da esquerda latino-americana era a repressão sofrida por eles. As tentativas concretas de tomada do poder por parte dos comunistas latino-americanos, exemplificadas pela de El Salvador em 1932 e pela do Brasil em 1935, foram fatais para determinar um recuo dos partidos comunistas na América Latina, devido à forte repressão que se seguiu à derrota daqueles movimentos, com a prisão e morte da maior parte da sua liderança. Certamente, o fracasso destes primeiros movimentos comunistas na América Latina não pode ser atribuído às diretrizes emitidas por Moscou ou à ausência das massas populares no processo. Enquanto a tentativa de Luiz Carlos Prestes foi minuciosamente articulada por Moscou sem a presença dos estratos populares, a insurreição el-salvadorenha teve a participação popular e não foi idealizada a partir de Moscou. Ambos os movimentos foram violentamente reprimidos, independentemente daqueles fatores.

Não obstante, o principal limite imposto aos comunistas nesta época foi determinado pelo sucesso do nacional-populismo nos países mais industrializados e com classe operária mais numerosa. O populismo atraía grupos de todos os espectros sociais porque incorporava algumas demandas dos socialistas e, ao mesmo tempo, defendia o nacionalismo econômico. Alguns políticos populistas implementaram reformas oriundas do léxico da esquerda mais radical, como Lázaro Cárdenas, no

México, e Velasco Alvarado, no Peru. Os movimentos populistas, multiclassistas e populares não repudiavam com tanta veemência o catolicismo e o liberalismo, e eram considerados pelas elites militares e oligárquicas como uma alternativa menos perigosa do que o marxismo. Inclusive a maior parte dos operários e dos camponeses latino-americanos se mostrou muito mais disposta a seguir os partidos populistas ou até movimentos de direita, do que os partidos comunistas, satanizados pelas classes dominantes.

Mesmo assim, a natureza limitada das reformas populistas, a incapacidade de incorporar verdadeiramente as reivindicações das classes populares e a característica paradoxalmente autoritária de seus agentes centrais foram os fatores que resultaram em crescimento mais acentuado das demandas populares e na ampliação do espectro dos movimentos de esquerda.

A FORMAÇÃO DAS FRENTES POPULARES

A formação das frentes populares, que foi, aparentemente, uma manifestação da etapa stalinista seguida pelos partidos comunistas latino-americanos, não respondeu apenas à convocação do Comintern para deter a propagação do fascismo. Justificada teoricamente a partir do diagnóstico de que as sociedades pós-coloniais tinham resquícios de feudalismo, os quais precisavam ser eliminados através de uma revolução democrático-burguesa, a aliança com as burguesias nacionais era fruto da experiência populista de incorporar demandas populares. Teoricamente, esta fase consagrou-se como a defesa da “revolução por etapas”.

A formação de frentes populares que reuniam classes médias, setores operários e as burguesias nacionais aos partidos comunistas foi característica do período de hegemonia stalinista, embora algumas diferenças entre os países pudessem ser explicadas com base na existência de uma margem de autonomia destes partidos comunistas em relação ao Comintern.

As frentes populares formadas no Peru, na Colômbia, no México e no Chile (neste último, com maior êxito e duração) foram encaradas de modos variados pelos próprios comunistas, que então se dividiam entre aqueles que apoiavam a política de Stálin, do “socialismo em um só país” e da “revolução por etapas” e aqueles que defendiam a ideia trotskista da “revolução permanente”. Enquanto os primeiros consideravam que as

frentes eram oportunidades para os comunistas alcançarem o poder e imprimirem suas demandas em programas democrático-burgueses, os trotskistas achavam que a aliança tiraria da classe operária a iniciativa revolucionária e que as elites burguesas jamais cederiam em pontos fundamentais para os socialistas. Não obstante, ao examinarmos concretamente cada uma destas alianças, veremos que o fracasso destes movimentos não pode ser atribuído a um erro estratégico, ao fato de a burguesia não corresponder aos anseios populares ou de os trotskistas não aceitarem fazer parte destes governos. Em cada caso, um destes fatores foi de fato preponderante, mas nenhum foi mais contundente do que a repressão, sobretudo porque estes movimentos eram nacionalistas e contrariaram interesses do imperialismo.

As experiências concretas que uniram os comunistas às lideranças pequeno-burguesas tiveram lugar no Chile, mas também ocorreram de modo bastante particular na Bolívia e na Guatemala. Nestes dois países surgiram, no final dos anos 1940, movimentos de esquerda que constituem exemplos do acúmulo de contradições que as sociedades latino-americanas experimentavam naquela época, e foram protagonizados por governantes que procediam das classes médias ou da pequena-burguesia, mas eram decididamente apoiados pelos comunistas. No Brasil, o último governo Vargas também constitui um exemplo deste tipo. Apoiado pelo Partido Comunista, Vargas imprimiu um caráter nacionalista ao governo dos anos 50. Contrariou tantos e tão poderosos interesses que resultou na tentativa de derrubar o presidente e no suicídio deste. Na capital da Colômbia ocorreu na mesma época um motim popular, o Bogotazo, como resultado do assassinato do líder liberal de esquerda Jorge Eliécer Gaitán. Ao se aproximar dos grupos sociais até então marginalizados na política nacional, Gaitán obteve ascendência sobre os operários e os camponeses e unificou as oposições para concorrer à presidência. A vitória de um líder popular, hostil às oligarquias, poderia significar a transposição dos limites tradicionais da política colombiana. Por isso, seu assassinato em abril de 1948 desencadeou uma explosão de revolta popular que resultou em dias de desordens e matanças na capital. O presidente conservador, Mariano Ospina Pérez, ordenou a repressão ao movimento. O que se seguiu foi uma repressão policial violenta e uma guerra civil generalizada. Ambas ultrapassaram os limites da capital e se espalharam por todo o país, causando milhares de mortos. O massacre ficou conhecido como "*La Violência*". Depois de três dias de desordens e massacres a normalidade voltou à capital - então repleta de cadáveres.

Na Guatemala ocorreu um movimento reformista avançado em torno do presidente Jacobo Arbenz. Figura central da Revolução de Outubro de 1944, Arbenz encabeçava uma coalizão de centro-esquerda e promoveu reformas: imposto sobre a renda, exploração pública das fontes de energia e reforma agrária nas áreas improdutivas. Esta última proposta, posta em prática a partir de 1952, chocou-se com os interesses da *United Fruit Company* e do governo dos Estados Unidos. Arbenz também era acusado de ser condescendente com os comunistas e de ser apoiado por eles. Enquanto o Departamento de Estado norte-americano organizava ofensiva diplomática por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Companhia de Inteligência Americana (CIA) organizou uma invasão de exilados, liderada pelo coronel Castillo Armas, via Honduras, que levou à deposição de Arbenz, em 1954.

Na Bolívia, surgiu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que protagonizou uma rebelião popular sem precedentes na história do país. Os comunistas filiados à III Internacional agrupavam-se no Partido da Esquerda Revolucionária (PIR) e os trotskistas no Partido Operário Revolucionário (POR); mas foi o MNR, com características pequeno-burguesas, composto por ex-combatentes da Guerra do Chaco, por jovens nacionalistas e por filhos de políticos oligárquicos, que canalizou o descontentamento contra o regime, atraiu mineiros, operários, camponeses, classes médias e instalou-se no poder a partir de 1951, com a vitória eleitoral de Victor Paz Estensoro. A desconfiança das oligarquias e o expurgo de Paz Estensoro resultaram na insurreição popular vitoriosa de 1952. Depois disso, muitos comunistas passaram para o lado da revolução, quando o próprio MNR foi se inclinando pouco a pouco para a direita, até descartar muitos dos resultados reformistas do processo. A ilusão da eficiência das alianças com a burguesia se desvanecia em um governo cada vez mais reacionário.

Assim, nos dois casos, não foi a disputa entre stalinistas e trotskistas o que determinou o fracasso dos processos revolucionários, tampouco foram as alianças com a pequena-burguesia e o papel reformista imprimido por esta que determinaram as incontáveis frustrações da esquerda boliviana e guatemalteca. A força demonstrada por esses movimentos atemorizou os setores locais das classes dominantes e motivou a aliança destes setores com o imperialismo, com a finalidade de derrotar a esquerda unida em torno de Arbenz e Paz Estensoro.

A REVOLUÇÃO CUBANA E A ESQUERDA CONTINENTAL

A Revolução Cubana de 1959 foi fundamental para a transformação nas concepções táticas e estratégicas dos comunistas e de toda a esquerda latino-americana. Divisor de águas entre a ideia hegemônica de que a América Latina não estava preparada para o socialismo, devendo primeiro ultrapassar a etapa democrático-burguesa, e um processo original, realizado com uma base social diversa e mais ampla do que aquela eleita para a tarefa do socialismo, a Revolução Cubana decretou o início de uma nova fase para a esquerda continental.

As lições da Revolução Cubana contradiziam em grande medida as orientações dos partidos comunistas a respeito dos métodos para se chegar ao socialismo. A Revolução demonstrou a possibilidade de lutar contra obstáculos que pareciam intransponíveis, combinando tarefas democráticas e socialistas em um mesmo processo revolucionário. Também ficou demonstrada a possibilidade de se chegar ao poder através da luta armada, mesmo confrontando aparatos repressivos extremamente eficientes.

A partir da Revolução Cubana, e por sua profunda influência sobre os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, o tema mais discutido entre os militantes antissistêmicos da América Latina foi a luta armada. A militância e as teorias de Che Guevara tornaram-se hegemônicas; a constituição de um foco guerrilheiro revolucionário conduzido por uma vanguarda, com apoio consistente da população, transformou-se no axioma da revolução socialista latino-americana. Decretou-se também a derrota da ideia de que a Revolução socialista somente poderia ser desencadeada quando todas as condições sociais objetivas o determinassem. Fidel Castro, com seus discursos e sua prática, representava o “voluntarismo revolucionário”, incitando a esquerda a construir essas condições.

Os primeiros movimentos inspirados em Cuba foram brutalmente reprimidos e fracassaram. Na maior parte dos casos, não houve um apoio decisivo da população; o movimento iniciado no campo não conseguiu apoio nas cidades e não teve um caráter nacional, ou a vanguarda do movimento não desenvolvera eficácia militar suficiente para derrotar as forças oficiais. Além do mais, o fator surpresa já não estava presente e as forças conservadoras já estavam sendo treinadas para a guerra antiguerilhas. Entre as guerrilhas mais conhecidas nessa fase estavam, na Bolívia, o Exército de Libertação Nacional (ELN), onde Guevara atuou

pessoalmente e morreu; na República Dominicana, um movimento inspirado na Revolução Cubana, responsável, em 1961, pela queda da tirania de três décadas de Rafael Leónidas Trujillo; no mesmo país, em 1963 uma nova ditadura assumiu o poder, fazendo surgir a guerrilha “Movimento Revolucionário 14 de junho”; na Venezuela surgiram guerrilhas organizadas pelas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) e pelo Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR); no Peru, na Guatemala e em outros países também surgiram ou se reestruturaram, a partir de militantes dos partidos comunistas e outros partidos radicais, guerrilhas formadas pelo exemplo cubano. Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, dirigida por Carlos Fonseca Amador, também se constituiu por essa época e foi um dos pouquíssimos movimentos desta fase que teria sucesso posteriormente.

Os conflitos, inspirados pelo exemplo cubano, vinham sendo gerados no interior de cada formação social, devido a um conjunto de fatores determinados pela estrutura de classes de cada país e região, pelas condições econômicas locais e suas relações de dependência em relação ao capitalismo mundial, pelo desenvolvimento de ideias antissistêmicas internas e outras questões em que a Revolução Cubana não fez mais do que servir de exemplo de maturação desse conjunto articulado de fatores.

A maior parte dos movimentos fracassou diante da repressão e de um processo que se iniciou nos anos 1960: a “latino-americanização da Guerra Fria”. A Aliança para o Progresso, projeto formulado pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, em 1961, era apenas parte desse processo. A ideia dos Estados Unidos era manter em sua órbita os países do subcontinente, evitando convulsões revolucionárias. A pretexto de estimular a democracia nos países latino-americanos, investindo na diminuição dos problemas sociais, o programa da Aliança para o Progresso auxiliava na modernização das forças armadas dos países da América Latina e investia em treinamento de contrainsurgência, realizado na recém-inaugurada Escola das Américas, no Panamá, para ensinar aos militares de toda a América Latina como combater as guerrilhas e lutar contra a subversão.

A VIA CHILENA E A LATINO-AMERICANIZAÇÃO DA GUERRA FRIA

As esperanças voltaram a renascer com a vitória de Salvador Allende, no Chile; a experiência da Unidade Popular resultou na vitória eleitoral do socialismo, em 1970. Numa época em que Cuba e Che

Guevara eram ícones da juventude revolucionária latino-americana, mas em que, por outro lado, a luta armada inspirada na Revolução Cubana fracassara em toda parte, devido à cruel repressão dos militares latino-americanos, a vitória de Allende colocava a possibilidade de outro tipo de transição ao socialismo, a “Via chilena”, em que os meios pacíficos – democracia e pluralidade – eram permanentemente debatidos como maneira de alcançar uma sociedade mais justa.

A derrota do socialismo pela via constitucional, com o golpe militar de 1973, configurou a experiência chilena como efêmera e as lições para a esquerda foram muitas, sobretudo no tocante à conclusão da absoluta impossibilidade de se chegar ao socialismo por meios pacíficos e constitucionais. Ante a derrota no Chile e o acirramento da repressão militar nos outros países, prontamente os grupos pró-cubanos voltaram a defender a luta armada como a única forma de alcançar o poder e implantar o socialismo na América Latina.

As ditaduras militares dos anos 60/70, iniciadas com a brasileira em 1964 e seguidas pelas da Bolívia, do Uruguai, do Chile e da Argentina, foram golpes brutais contra os movimentos de esquerda latino-americanos. Imobilizaram partidos políticos, reprimiram sistematicamente o movimento operário, desmantelaram organizações estudantis e, principalmente, desferiram golpes mortais na direção dos movimentos guerrilheiros. Nesta fase, por volta dos anos 1970, os movimentos de guerrilha alcançaram as cidades e tinham uma base estudantil e intelectual, com apoio de poucos representantes da classe operária marginal. Esses focos urbanos surgiram em países onde a guerrilha rural não poderia prosperar ou como reação à violência crescente dos regimes autoritários. Os mais destacados nessa luta foram o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, no Uruguai; na Argentina, os Montoneros, uma facção da juventude do Partido Peronista; no Brasil atuavam a Ação Nacional Libertadora (ALN, de Carlos Mariguella) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8, dirigido por Carlos Lamarca); e no Chile, o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR). Todos foram brutalmente reprimidos pelos governos militares e seus militantes foram presos, torturados e assassinados. Poucos conseguiram se salvar e puderam exilar-se no México ou em países da Europa.

No final dos anos 70, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), criada em 1961, sob inspiração do combatente camponês Augusto Cesar Sandino, cuja luta pela reforma agrária na Nicarágua e contra a intervenção direta dos Estados Unidos desenvolveu-se ao longo

dos anos 1920, conseguiu uma vitória extraordinária sobre as forças do ditador general Anastácio Somoza. A vitória configurou-se como extraordinária, porque, em primeiro lugar, era inesperada dentro do clima de desesperança das forças da esquerda latino-americana, arrasada pelos golpes militares e pela perseguição crescente das milícias contra insurgência treinadas na Escola do Panamá. Ademais, a Revolução Nicaraguense também inaugurou algumas novidades em relação aos métodos e táticas da esquerda continental. Obteve a unidade e hegemonia das forças que lutavam contra a ditadura oligárquica. A ampliação da coalizão que compunha a Frente Sandinista não foi feita de modo indolor. Fundada em 1961, a FSLN ressurgiu somente em 1974, a partir da elaboração de um programa popular, democrático e anti-imperialista, mas sem excessos de sectarismo, apontando a ditadura, mais do que o capitalismo, como inimigo central.

A influência que a Revolução da Nicarágua exerceu sobre a esquerda latino-americana, no entanto, foi escassa. A par do entusiasmo provocado pela vitória de um processo revolucionário e pela queda de uma ditadura, a esquerda do continente havia absorvido a lição de que nem todos os processos eram universalmente aplicáveis e via com certo ceticismo as concessões que os sandinistas tiveram que fazer para chegar ao poder. Ao mesmo tempo, a maior parte das ditaduras militares permanecia como um freio ao retorno dos movimentos de esquerda. Ao longo dos anos 1980, a luta nicaraguense foi travada nas fronteiras, sobretudo com a de Honduras, onde se localizavam os “Contras”. Essa resistência paramilitar somente extinguiu-se em 1990, quando os sandinistas perderam a eleição para a presidência da república.

Entre os movimentos guerrilheiros derrotados, muitos continuaram em atividade até meados dos anos 1990 e outros permaneceram ativos até o início do século XXI. Entre os primeiros, destaca-se a atividade da guerrilha de El Salvador. Formada no final dos anos 1960, de uma cisão do Partido Comunista, a luta armada el-salvadorenha teve dificuldades insuperáveis, entre as quais destacou-se a repressão violenta de um exército unificado e a maciça ajuda norte-americana na contrarrevolução. Em janeiro de 1992, um tratado de paz na Cidade do México, firmado no Castelo de Chapultepec, punha fim a quarenta anos de luta guerrilheira na América Central, com um saldo de aproximadamente 160 mil mortos, 45 mil órfãos e 3 mil crianças mutiladas. Entre os movimentos guerrilheiros optantes pela via armada que continuaram em atividade até o final do século XX e início do novo

milênio encontravam-se as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas e o Sendero Luminoso, no Peru.

Além disso, a partir dos anos 1990 surgiram, ou reapareceram com outros significados, movimentos sociais cujas demandas renovaram as características da esquerda continental em face das transformações do cenário político-ideológico internacional, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, no México.

A FORÇA DA ESQUERDA LATINO-AMERICANA NOS ANOS 1990

A queda do Muro de Berlim, o fim do socialismo e a vitória da hegemonia norte-americana tiveram efeito imediato nas lutas sociais latino-americanas. A década de 1980 já havia sido dedicada às tentativas de reconstrução do sistema democrático em função da persistência das ditaduras militares, da debilidade da sociedade civil e dos sindicatos, da desarticulação dos movimentos sociais pós-ditaduras militares e das dificuldades em tratar problemas sociais sem ferir os interesses do grande capital e das elites. Observa-se o triunfo da democracia representativa sem adjetivos; dos governos neoliberais, de uma política econômica privatizante, das políticas radicalmente favoráveis ao livre-mercado e de programas de ajuste econômico nos campos industrial e cambial, e a vitória de governos tecnocráticos ou de empresários conservadores.

A esquerda latino-americana encontrava-se desarticulada e procurou proceder a uma reorientação partidária. Praticamente em todos os países, os partidos comunistas desapareceram ou foram absorvidos por siglas social-democratas ou trabalhistas e por outros partidos e frentes partidárias de centro ou de centro-esquerda. Embora o marxismo tenha perdido a força internacional, o seu lugar de reconhecimento político tenha desaparecido e a característica de alternativa mundial ao sistema capitalista não funcionasse mais, as perspectivas socialistas não desapareceram do léxico continental.

A reconstrução democrática não fez desaparecer a pobreza, a desigualdade, as injustiças, a violência, o analfabetismo e outros males que têm servido de motivo para adesão de sujeitos inconformados a organizações políticas de esquerda. Por isso, ao contrário da direitização e despolitização que ocorreu no plano internacional, o contexto latino-americano permaneceu favorável à ampliação da esquerda e ao surgimento ou rearticulação de movimentos antissistêmicos.

Na América Latina, a presença da esquerda tem sido constante; movimentos sociais, sindicatos, partidos e guerrilhas mantêm as demandas e ampliam relações com grupos não operários afastados das benesses do sistema capitalista. Inclusive, a presença ostensiva de movimentos de esquerda nos países latino-americanos converteu-se em elemento importante para o processo de evolução democrática nesses países. Os temas centrais da esquerda latino-americana, como a luta contra a pobreza e desigualdade, começaram a ser objeto de consenso e as teses da esquerda, antes estigmatizadas sob a alcunha de comunistas, tornaram-se palatáveis para setores inconformados com a selvageria imposta pelo modelo neoliberal.

No momento em que o neoliberalismo não atinge suas metas, o crescimento não chega, a desigualdade se agrava, a desindustrialização avança e a cobiça dos agentes econômicos internacionais pelos recursos naturais latino-americanos se mantém inalterada, as teses nacionalistas de controle do patrimônio natural e da configuração de uma política industrial, da reforma fiscal, tributária e da previdência, do investimento público em infraestrutura e educação, programas sociais, etc., antes restritas aos setores de esquerda, tornaram-se mais atraentes.

Embora a queda das ditaduras em meados dos anos 1980 tenha trazido mais benefícios políticos para a direita do que para a esquerda, por ter coincidido com a queda do socialismo, o panorama da esquerda latino-americana nos anos 1990 parecia menos nebuloso do que nas demais regiões do planeta, notando-se um interesse constante pelo socialismo democrático, associado à luta pelo direito à cidadania, protagonizada por vários movimentos sociais, com inspiração ideológica variada e eclética. Nesses movimentos, o tema nacional retorna, mesmo no clima da globalização.

Os movimentos sociais novos de fato eficazes são extremamente nacionalistas, porque ser nacionalista significa diferenciar-se do padrão global de poder, economia e ideologia. Os temas que pautam movimentos de esquerda hoje em dia, especialmente os daquela esquerda que define necessidades e demandas populares no mais amplo sentido do termo, abarcam o imenso mundo dos grupos dominados, afastados do aparelho do Estado e das benesses econômicas advindas do modelo neoliberal.

O elenco dos temas que compõem um programa dessas características está pautado pelo respeito aos direitos humanos. Também aparecem, em grande parte dos programas de movimentos de esquerda, o

respeito aos direitos indígenas e camponeses, a prioridade aos direitos sociais (saúde, trabalho, salário, educação, moradia, terra e outros), aos direitos da nação (patrimoniais e biodiversidade) e aos direitos políticos e cidadãos (voto, liberdade de expressão, autônomo municipais, direito de manifestação, direitos das mulheres, dos homossexuais e outros grupos minoritários).

Pode-se afirmar que a esquerda latino-americana, no final do século XX e início do XXI, está vivendo uma nova oportunidade de afirmação, criada em grande medida pela crise dos regimes neoliberais. As outras oportunidades históricas da esquerda continental também estiveram vinculadas à crise mais ou menos brutal das modalidades de desenvolvimento capitalista na América Latina. A primeira está ligada à decadência do Estado de bem-estar social e dos regimes nacional-populistas. Naquela ocasião, uma aliança dos setores burgueses nacionalistas e dos militares e o temor de uma revolução socialista tiraram da esquerda a oportunidade de transformação social e política. Posteriormente, a crise dos regimes militares encontrou a esquerda desarticulada e debilitada, inclusive do ponto de vista numérico. Nesses dois casos, observou-se um misto de avanços e retrocessos, derrotas e vitórias. A reorganização da democracia, ainda que puramente eleitoral, permitiu a rearticulação dos grupos de esquerda e a renovação e reatualização das demandas, bem como a ampliação dos grupos sociais de apoio. Assim, a crise dos regimes neoliberais abre para a esquerda continental uma nova oportunidade histórica.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *América Latina en la Encrucijada*. Los movimientos sociales y la muerte de la política moderna. 2a. ed. México: Editorial Contrahistorias, 2006.
- ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie. *História de América Latina*. Política y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997. volume 12, p. 73-131.
- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História*. Situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia Desarmada*. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

- CUEVA, Agustín (org). *Tempos Conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- DE LA PEÑA, Guillermo. Las Movilizaciones Rurales desde 1920. In: BETHELL, Leslie. *História de América Latina*. Política y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997. volume 12, p. 193-280.
- DONGHI, Túlio Halpering. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LÖWY, Michael. *El marxismo en América Latina*. México: Editora Era, 1982.
- PETRAS, James. *La izquierda contraataca*. Conflicto de clases em América Latina em la era del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2000.
- ROUQUIÉ, Alain. *O extremo-ocidente*. Introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991.
- TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue*. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Unicamp, 1989.
- TREJO DELARBRE, Raúl. História del Movimiento Obrero en México, 1860-1982. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *História del movimiento obrero en América Latina*. México: Siglo XXI, 1984. volume 1, p. 11-87.
- WASSERMAN, Claudia. *Palavra de presidente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.